

5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2023

ATA NÚMERO TRINTA

10 Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e dez minutos, teve lugar teve lugar a 2ª Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, iniciada em 22 de junho de 2023, da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa e a 2ª Secretária, Dália Miranda Eira.-----

15

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Alcino de Sousa Lopes, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Carlos José Pinto Vergueiro, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Filipe da Silva Lopes, Jaime da Silva Quintas, João 20 Morais de Sousa, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim César Ramos Rodrigues, Joaquim de Sousa Rocha, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Gamboa Campos, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Natália Soares Gonçalves, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Serafim Silva Teixeira, Abel Filipe Gonçalves, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, José Fernando Santos 25 Almeida, Paulo José Melo Martins, Jorge Miguel Félix Espanhol; João Emanuel de Gouveia Martins, Nelson Martins da Silva, André Araújo Ferreira, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira e Jorge Manuel dos Santos Pereira.-----

Faltaram, justificando a ausência, sendo substituídos pelo elemento disponível, os seguintes deputados municipais: Carla Isabel Argueles Cáceres, substituída por, Maria Rosalina Santos; Carlos Alberto Pinto 30 Ribeiro, substituído por, Aurora Marina Teixeira; Joaquim António Dias Tavares, substituído por, Manuel Benjamim Leite Soares; Maria de Fátima Alves Menezes Figueiredo, substituída por, João Pedro Ferreira Martins; Tiago Filipe da Costa Braga, substituído por, Vânia Rocha; Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, substituído por, João Carvalho de Almeida; Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, substituída por Beatriz Castro Pinto e Rui de Brito e Cunha Leite de Castro, substituído por, Gonçalo António Nogueira de Sousa 35 Pinto.-----

5 Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído nos termos da Lei pelo seu representante legal, os seguintes Presidentes de Junta: Alexandra Mónica Soares Amaro, substituída por, José Carlos Soares e Filinto Virgílio dos Ramos Lima, substituído por, Abílio da Silva Ferreira. -----

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues, a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal: Marina Raquel Lopes Mendes e os
10 Senhores(as) Vereadores(as): Dário Soares Freitas da Silva, Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Correia, Manuel de Oliveira Guedes, José Joaquim Cancela Moura e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. -----

Esteve ausente o senhor Vereador, José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar.-----

15 **Senhor Presidente da Mesa** referiu dar continuidade à sessão de junho da Assembleia Municipal, que continuará dia 6 de julho e nesse dia aproveitava para pedir aos líderes municipais que indicassem as pessoas que aceitaram o convite para a visita à Bienal, sábado seguinte às 15 horas.-----

Ponto 1 - Público.-----

20

Senhor José Frutuoso (União de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso), na sua intervenção referiu fazer parte do grupo de pessoas que trabalham no AI (Alojamento Local), e manifestou a sua preocupação acerca das medidas do *Pacote +Habitação*, parte dos quais, segundo o mesmo, irão aniquilar a atividade do AI, conforme documento em anexo (Vide anexo nº 1). -----

25 **Senhora Susana Ferreira (União de Freguesia de Santa Marinha e Afurada),** disse, fazer igualmente parte das pessoas que exercem a sua atividade em AI, demonstrando, como o munícipe que a precedeu, a mesma preocupação.-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues agradeceu as intervenções, e disse que a intervenção do Senhor José Frutuoso era uma intervenção política ligada ao Governo, não questionava Gaia. Quanto à senhora D^a Susana Ferreira, respondeu que há 5 meses, o município entendeu, quando
30 avançou a suspensão das novas licenças, o que não significava que tivessem algum tipo de medida que visasse aqueles que já estavam a operar no terreno, e foi feito numa perspetiva dialogante, numa reunião pública alargada, onde foi explicado o ponto de vista do município. No espaço de um mês, tudo mudou e o Pacote +Habitação veio alterar tudo e o Pacote +Habitação é posterior à reunião do executivo. Pela hierarquia das
35 leis não podiam criar um Portugal dos pequeninos em Gaia à margem do que se passa no país e, portanto, o

5 que fizeram foi esperar que algumas das medidas viessem a público para perceber como é que o regulamento da Câmara se iria ajustar e, aquela posição estava alinhada com a posição de então. O alojamento local não está certificado, e em Vila Nova de Gaia, existem situações muito claras em que o alojamento local nos envergonhava a todos, é justo dizer a bem daqueles que trabalham dignamente e que fazem do alojamento local uma atividade digna, basta ir ao tripadvisor ou ao booking e encontrar as piores referências de pessoas que fazem do AL um meio de exploração turística. Comparativamente com o Porto e com Lisboa, temos uma percentagem muito aceitável, 1500 números redondos, de alojamentos locais ativos, são perfeitamente razoáveis no quadro de um município, como Vila Nova de Gaia. No Regulamento, precisam de olhar para o município numa perspetiva diferenciadora, uma coisa é o centro histórico, outra coisa é uma freguesia mais interior onde há 2 ou 3 alojamentos locais. O município não se mistura com o debate nacional, por isso, as abordagens feitas pelo Senhor José Frutuoso, interessaria uma abordagem municipal, têm um número que acham ser suficientemente importante sem ser exagerado para terem a obrigação de regular, regulamentar, nenhuma das ambições de regular ou de regulamentar choca com aqueles que já possuem AL, a necessidade, de verificar as condições de cada um dos alojamentos locais no processo de verificação barra/fiscalização é que era absolutamente exigível, a Câmara não quer retirar alojamento local, querem é que todos prosperem, para a cidade também prosperar. Chegou o momento de pegar numa atividade que estava completamente desnordeada e desregulamentada e verificar, a câmara não cobra impostos de alojamento local, não vai criar novas taxas, não é nada disso, a câmara tem que zelar pelo nome da cidade. Deixou explanados ainda diversas considerações relativamente ao assunto em questão. -----

25 **Ponto 3 - Período de “Antes da Ordem do Dia** -----

Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL) apresentou um **Voto de Recomendação**, “Acordo Setorial de Compromisso – Descentralização na Área da Educação”, conforme documento em anexo (Vide anexo nº2).-

30 **Senhor Deputado André Araújo (CDU)** apresentou uma **Moção**, “Pela Revisão da Lei das Finanças Locais – Pela Defesa da Autonomia das Autarquias”, conforme documento em anexo (Vide anexo nº3).-----

Senhor Deputado João Emanuel Martins (BE) apresentou um **Voto de Recomendação**, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, “Cais do Cavaco”, conforme documento em anexo (Vide anexo nº4)-----

35 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** pediu para intervir naquela que era a questão fundamental, e para a qual pediu a melhor compreensão. Concordava plenamente com o texto do representante do PCP, do ponto de vista abstrato e genérico global, acha que há algumas coisas que devem ser ditas, o subfinanciamento não era só das autarquias, tivemos durante 20 anos, um subfinanciamento da

5 Educação, da Saúde, da ação social e depois quando tudo isto foi transferido para as autarquias, mesmo aumentando as verbas transferidas, estavam em subfinanciamento, não porque o Governo tenha diminuído as transferências, mas porque ao longo de 20 ou 30 anos tivemos sempre progressivamente um Orçamento de Estado que foi canalizando verbas das funções sociais para outros sítios quaisquer, sendo que a preocupação sobre a descentralização, não teve nada a ver com a boa ou má vontade do Governo. Foi sempre garantir que se pudesse fazer um balanço exato do momento atual. Teceu ainda alguns comentários relativamente ao assunto. Quanto ao senhor deputado do BE, podiam aprovar as recomendações que quisessem porque os princípios da câmara, respeitam religiosamente tudo o que é discutido na assembleia. O município não vai tomar uma posição, já tem agendada uma reunião com os moradores e já teve uma reunião com técnicos, diversas reuniões com a APDL. A câmara reserva-se o direito e legitimidade de tomar posição que entender depois de auscultadas todas as pessoas, as pessoas individuais e coletivos técnicos, não técnico, deixando diversos esclarecimentos. Quanto ao senhor deputado do IL. Disse que até acreditava que a sua intervenção fosse de boa-fé, mas pedia com a mesma humildade, que a retirasse, passando a explicar o porquê. Desde há 2 anos, enquanto Presidente da Câmara de Gaia, estava numa luta atroz na área Metropolitana e dentro da região Norte, para o pacote dos financiamentos das escolas. O município de Gaia é o município do país que na lista que a Associação Nacional de Municípios, entregue ao Governo, tem o maior número de escolas e o maior volume de investimento de todo o país. Naquele momento, havia uma intensa discussão sobre alocação de cerca de 350 milhões de euros que faltavam para as escolas, o pacote global das escolas que foram negociadas e “metidas” na lista da Associação Nacional de Municípios, custa mil milhões de euros. O Governo, no quadro comunitário, tem apenas cerca de 650 Milhões, em julho de 2022 foi dito que o Governo iria disponibilizar a verba remanescente até aos mil milhões para permitir que todas as escolas fossem contempladas. Até ao dia presente, não se perspetivava ainda que isso fosse acontecer, significando que mais dia menos dia, o vamos perceber que uma parte do dinheiro que o Governo iria alocar à comparticipação para chegarem aos mil milhões, iria servir, não para pagar as escolas todas, mas para pagar o aumento inflacionista do custo das escolas que vinham os 650 milhões de euros. Deixou extensos esclarecimentos quanto à Proposta apresentada pelo senhor Deputado do IL. -----

Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL) dirigindo-se ao presidente de Câmara agradeceu e saudou a negociação que tem feito no sentido do acordo/compromisso na área de Educação. Deste acordo/compromisso sectorial na área da Educação da Saúde, no próprio anexo 1 faz uma listagem das escolas de todo o país e depois na coluna ao lado categoriza-as em termos de urgência de intervenção. No voto de recomendação, leu o anexo 1, as escolas que estão destacadas em termos de urgência, são efetivamente as escolas classificadas como muito urgentes, nesse acordo sectorial, devem ser privilegiadas neste quadro comunitário, naturalmente terão que ser feitas escolhas, se efetivamente a escolha da Câmara de Gaia é no sentido de tentar defender

5 tudo, em vez de algumas, é perfeitamente válida e entendível, saúda e agradece as diligências da Câmara de Gaia feitas nesse sentido, e tendo em conta o exposto iriam retirar a moção. -----

Senhor Deputado André Araújo (CDU) agradeceu os contributos e a leitura que fez da Proposta da CDU. Aliás, reconhece justamente esses contributos desse acordo de 2018 e reconhece a intervenção da Associação Nacional de Municípios Portugueses neste quadro da revisão, portanto, fá-lo sem essas cores partidárias. Algumas das preocupações que o senhor Presidente colocou, a lei não vai ser feita aqui e o debate sobre os números, pareceu melhor haver o pronúncio sobre o aumento, iniciado aumento, aliás, está escrito justamente o aumento da participação nas receitas do estado, do que vir que defendemos X por cento, ou como se irá materializar a questão do reforço das autarquias locais e da receita do estado. É pública a proposta do PCP relativamente aos 31,5% da média aritmética do IRS, IRC, IVA. É pública também as críticas, as questões da participação variável de IRS e estavam disponíveis para esse debate. Considera que a haver a pronúncia por parte da Assembleia Municipal sobre a necessidade do aumento da participação nas despesas, das despesas do Estado não é um mero diagnóstico e esse pronunciamento político uma necessidade. Teceu ainda alguns comentários quanto à intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a questão da autonomia das CCDR. -----

20 **Senhor Deputado João Emanuel Martins (BE)** questionou o senhor Presidente quando afirmou , de uma forma clara que não iria haver aterros no rio, mas o estudo de impacto ambiental da APDL diz claramente 86 vezes que vai haver aterros no rio. No quinto parágrafo da sua intervenção, fazem muito claramente, distinção dos 2 tipos de construção em aterro e em estacaria. Nesse mesmo relatório, das 382 páginas, a certa altura, a própria APDL fala sobre as dificuldades que o projeto tem e nesse sentido, a certa altura, fala dos do regime dos ventos do nevoeiro, etc., mas sobre a hidrodinâmica. “A hidrodinâmica do troço estuarino do rio Douro, curso de água com registo de inundações em que, portanto, é uma componente relevante no presente projeto o conhecimento da hidrodinâmica neste troço do rio permite compreender de que forma o projeto do terminal interfere com o escoamento, quer enquanto obstáculo, podendo fazer subir o nível da água a montante e agravar inundações (...). Apontam tantas dificuldades, o próprio projeto que, de facto, a certa altura, diz “a pressão que a atividade dos cruzeiros turísticos em navio-hotel coloca no cais de Gaia, envolvente com o zonas de circulação exíguas vem criando constrangimento de tráfego estacionamento e de qualidade de Ambiente em geral que se refletem em outras atividades que aí tem lugar”, portanto, senhor Presidente, isto não é do ano passado, isto é, de março de 2023. -----

30 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** quando disse que a plataforma não está construída em aterro nenhum queria dizer que não há nenhum aterro, que a plataforma não era construída sobre aterro, não é construída aterrando o rio. Há uma pequena mancha sensivelmente de 2 metros que pouco mais é do que aquilo que já hoje é em maré baixa a zona visível de pedra e terra, que evidentemente vai ser aterrada. Sobre este conteúdo foi elucidado o senhor deputado. -----

5 **Senhor Deputado Paulo Martins (PSD)** falou sobre as 2 propostas que iriam ser votadas, começando pela do BE, que não podiam parar o desenvolvimento com as mãos, não podiam inventar artefactos para que isso não acontecesse. No próprio cais de Gaia, efetivamente criaram, na altura, barreiras pelo menos informais nada visuais para o acesso ao rio, e porque era importante reportar que na altura o turismo não era tão intenso como o de hoje, o turismo fluvial, foi uma solução que podia ser sempre criticável, para corrigir aquilo a uma obra também ela da APDL, para corrigir aquilo que era um estaleiro a céu aberto, se se recordavam, existia lá um pavilhão que serviu de tudo e mais alguma coisa, mas foi a solução encontrada na altura. A verdade é que as condições que foram criadas, quer em Gaia quer do outro lado, trouxeram tudo aquilo que é hoje a “galinha dos ovos de ouro” que é o turismo. Faz parte do desenvolvimento as coisas vão avançar e, provavelmente daqui por 10 anos, algumas das coisas que estão a ser feitas atualmente estarão a ser criticadas. Disse, não ser técnico, não perceber nada da questão técnica, mas devia haver preocupações, nomeadamente a volumetria do edifício a construir e o que vai ser reconstruído, tendo o senhor presidente da Câmara dado aqui algumas garantias de que também o executivo estaria atento à situação, e essas também são algumas preocupações da parte do PSD. Relativamente à CDU, todos os considerandos que fizeram, diriam que quase todos os partidos que estão ali representados defendem uma reforma das Finanças Locais e o PSD também defende a nível nacional, aliás, ainda há pouco tempo num seminário em que quer o PS, quer o PSD, quer o PCP assinaram um documento conjunto, no âmbito da Associação Nacional de Municípios, dos considerandos nada a dizer, com exceção do 3º ponto. A Regionalização não tem nada a ver, no momento, com a questão das Finanças Locais, o PSD já mostrou publicamente qual a sua posição, que não existem condições para se cumprir a Constituição e o que a Constituição diz não é a exigência constitucional da criação de regiões, diz outra coisa em que as regiões para serem criadas deve ser feito um referendo relativamente à situação, diferente do que estava ali escrito e, por isso, convidavam a CDU a retirar o ponto 3 se quisessem que PSD votasse favoravelmente. Teceu, ainda, diversos considerandos relativamente à referida proposta. -----

30 **Senhor Deputado André Araújo (CDU)** agradeceu formalmente os contributos do senhor deputado do PSD, começando pela parte final, quando fala do aumento da participação fixa do Estado vai no sentido que o senhor deputado estava a dizer de aumentar a percentagem das autarquias locais, do Estado, portanto, não sabia se estava a dizer que era uma divergência, acompanha essa parte final. Sobre a questão da Regionalização, o PSD que, às vezes, de uma forma mais simulada outras menos dissimulada mas vai sempre dizendo que é a favor da regionalização, mas sempre que se coloca o caminho para isso, o PSD diz não estar sozinho nesta matéria, nesta postura, o que a Constituição diz é que o mapa deve ser referendado e não quer ter um debate constitucional sobre a regionalização, podiam ter esse debate, sobre a necessidade constitucional pós referendo, mas convenhamos, o que a proposta diz era muito claro, reiterar a exigência constitucional de criação de regiões administrativas enquanto fator indispensável. -----

5 Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Voto de Recomendação, apresentado pelo Grupo Municipal da IL, “Acordo Setorial de Compromisso – Descentralização na Área da Educação”, foi Retirado, a pedido do Grupo Municipal da IL. -----

10 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Voto de Recomendação, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, “Cais do Cavaco”.-----

Votação: Rejeitado por Maioria, com 36 votos contra (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 02 do CDS), 03 votos a favor (02 do BE e 01 do PAN) e 09 abstenções (05 do PSD e 02 da CDU, 01 do CH e 01 do IL).-----

15 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia, referiu que a Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, “Pela Revisão da Lei das Finanças Locais – Pela Defesa da Autonomia das Autarquias”. -----

20 Votação: Rejeitado por Maioria, com 41 votos contra (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 01 do CH e 01 do IL), 03 votos a favor (02 da CDU e 01 do PAN) e 04 abstenções (02 do CDS e 02 do BE).-----

Ponto 4.14 - da Ordem de Trabalhos “Eleição do Conselho Municipal de Ambiente”. -----

O Senhor Presidente da Mesa referiu ter sido deliberado retirar o Ponto 4.1 da Ordem de Trabalhos.-----

25 **Ponto 4.15** - da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: -----

•Postura Municipal de Trânsito no Largo do Moinho de Vento, no Cruzamento com a Rua Vinte e Cinco de Abril / Rua dos Combatentes e desde o Cruzamento da Rua do Campismo / Rua da Praia / Rua Nova dos Guiões até ao Cruzamento da Rua Vinte e Cinco de Abril / Rua dos Combatentes, Freguesia da Madalena;

30 •Postura Municipal de Trânsito na Rua Particular das Regadas, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; -----

•Postura Municipal de Trânsito na Rua do Comércio e no Arruamento sem designação com a Rua Nova do Fojo, Freguesia de Canidelo; -----

5 •Postura Municipal de Trânsito na Rua Nova da Rainha, Freguesia de Arcozelo;

•Alteração da Postura Municipal de Trânsito na Rua Padre Américo, junto à interseção com a Avenida João Silva Pinto, Freguesia de Oliveira do Duro. -----

10 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.15. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade -----

O Senhor Presidente da Mesa, colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade**, conforme documento em anexo (Vide anexo nº5). -----

15

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram vinte e três horas e vinte e dois minutos do dia vinte e nove de junho do ano de dois mil e vinte e três, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

20

A Primeira Secretária

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

25

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)